



DIÁLOGOS SETORIAIS **UNIÃO EUROPEIA**
BRASIL

PROJETO APOIO AOS DIÁLOGOS SETORIAIS UNIÃO EUROPEIA - BRASIL

RELATÓRIO

OFICINA DE NIVELAMENTO SOBRE GESTÃO E GOVERNANÇA DA POLÍTICA REGIONAL EUROPEIA

21 & 22 NOVEMBRO 2011

www.dialogossetoriais.org



União Europeia



DIÁLOGOS UNIÃO EUROPEIA
SETORIAIS BRASIL

Ministério do
Planejamento



CONTATOS

Direção Nacional do Projeto

+ 55 61 2020.4906/4928/5082/4134

contato@dialogossetoriais.org

www.dialogossetoriais.org

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. RELATO DO EVENTO	6
2.1. Sessão de Abertura	6
2.2. Primeiro Painel	7
2.3. Segundo Painel	18
2.4. Terceiro Painel	26
2.5. Quarto Tema	35
3. COMENTÁRIOS FINAIS	42
4. ANEXO	44
4.1. Programação	44
4.2. Lista de Presença da Oficina	46
4.3. Lista de Presença da Palestra OCDE	49
4.4. Elementos Adicionais	51

1. INTRODUÇÃO

Conforme estabelecem os termos de referência do *Curso de nivelamento sobre gestão e governança da Política Regional Europeia*, o Brasil e a União Europeia, por meio de suas instituições encarregadas de implementar as respectivas políticas regionais, selaram acordo de cooperação com os objetivos de promover o entendimento mútuo e a cooperação bilateral na área de política regional e de estabelecer canais de comunicação para o fortalecimento do intercâmbio de informações.

No que toca à capacitação no âmbito da referida cooperação, técnicos do Ministério da Integração Nacional (MI), em 2009, tiveram a oportunidade de conhecer diversos aspectos da política regional europeia na *I Oficina de Capacitação* realizada, de forma a permitir a caracterização da política regional europeia. Na *II Oficina de Capacitação*, o treinamento propiciado pela Direção-Geral da Política Regional da Comissão Europeia (DGRegio) foi estendida a servidores de outros órgãos federais com interesse em políticas regionais e territoriais. Já na *III Oficina de Capacitação* sobre a Política Regional da União Europeia, realizada em Foz do Iguaçu, participaram atores locais e regionais – com representação de municípios, estados, terceiro setor e iniciativa privada.

Por último, aproveitando que a União Europeia promove a revisão de sua Política de Coesão em vigor para o período 2007-2013 e que o Brasil também se encontra em fase de revisão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), sob a denominação de ‘PNDR Fase II’, foram identificados alguns temas de interesse comum para formar a base de nova Oficina de Capacitação, que é objeto do presente Relatório. No presente contexto, a Oficina ora relatada esteve centrada nos seguintes aspectos:

- Visão geral sobre a política regional europeia: princípios, requisitos e o *modus operandi* na União Europeia (UE): Quais os principais instrumentos, sua articulação e as formas de promover a convergência e a cooperação?
- Troca de opiniões acerca de questões de governança e parceria; Governança multi-nível na UE (em interação com a política regional): Como fazer com que cooperação, convergência e complementaridade se efetivem nos diversos níveis?
- Financiamento do Desenvolvimento Regional (articulação entre Fundos Estruturais e Fundo de Coesão): Quais são os mecanismos de acesso e os instrumentos de seleção, acompanhamento e avaliação?

A Oficina, realizada para o nivelamento dos servidores do MI e de suas coligadas, ocorreu nos dias 21 e 22 de novembro de 2011, em Brasília, DF, e contou com especialistas da DGRegio e do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional de Portugal (IFDR), além de uma sessão proporcionada pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em foram apresentados os resultados de seu mais recente estudo sobre o desenvolvimento regional no Brasil.

A Oficina teve como objetivo geral o de capacitar os servidores do MI envolvidos na implementação da PNDR bem como incentivar a reflexão conjunta, entre MI e DG-Regio, para a troca de experiências entre Brasil e União Européia sobre a temática regional.

Foram delineados, de forma complementar, os seguintes objetivos específicos:

- Possibilitar aos servidores do MI, em especial a seus novos dirigentes e equipe técnica, uma experiência de ampliação da qualificação a respeito do tema;
- Tornar os servidores agentes multiplicadores dos ensinamentos acumulados com a experiência adquirida;
- Estabelecer canais de comunicação para o fortalecimento do intercâmbio de informações.
- Promover intercâmbio de informações entre técnicos da DGRegio e do MI sobre políticas voltadas à coesão territorial e à redução das desigualdades sociais e regionais;
- Difundir as ações da cooperação em política regional existente entre a Comissão Europeia e países latino-americanos, em especial o Brasil.

2. RELATO DO EVENTO

2.1. SESSÃO DE ABERTURA

O Sr Henrique Villa da Costa Ferreira, da Secretaria do Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional (SDR/MI) deu início aos trabalhos em nome do Secretário, Sr Sérgio Duarte de Castro, agradecendo à CODEVASF pela sessão do espaço para a realização do evento; assim como também agradeceu à DGRegio, na pessoa do Sr Ronald Hall, pela continuada colaboração que vem sendo prestada ao Brasil durante os últimos quatro anos na temática do desenvolvimento regional.

Mencionou que teria sido desejável que esta Oficina congregasse um número mais expressivo de técnicos e profissionais, além dos presentes, mas constata que dentro do próprio Ministério há necessidade de um trabalho persistente para criar a sensibilidade para a importância da PNDR e das questões que ali se iria discutir.

Em seguida, explicou em detalhes a programação da oficina que nesse Relatório está incluída como um de seus anexos. Destacou a importância do tema “governança” como um dos elementos centrais da PNDR, em especial porque está em andamento o processo de sua revisão, conhecido como “PNDR Fase II”.

Explicou que os três painéis destinam-se ao pessoal técnico do Ministério da Integração Nacional, sendo que o quarto segmento da Oficina está aberto a todos os técnicos de todos os ministérios federais. Ademais da capacitação em si, o objetivo da Oficina é aproximar o quadro técnico do Ministério da Integração Nacional dos técnicos da DGRegio.

Por fim, passou a palavra ao Sr Ronald Hall, da DGRegio.

2.2. PRIMEIRO PAINEL



1

O Sr Ronald Hall deu início à sua apresentação falando da estrutura da DGRegio, organismo em que trabalham aproximadamente 700 pessoas. Disse que ali se avizinham tempos de mudança por dois motivos: já se encontra em andamento as discussões e providências para implantar a Política Regional para o mandato 2014-2020; e também porque seu Diretor-Geral se aposentará no próximo ano. Em seguida, identificou suas responsabilidades como sendo na esfera das relações internacionais da Política Regional. Adiante, vão resumidos os tópicos tratados pelo painalista.

Estrutura da União Europeia

- Comissão Europeia
- Conselho Europeu
- Parlamento Europeu

Segundo o painalista, a Comissão Europeia é o único órgão público da UE que pode propor leis, porém nunca pode decidir sobre sua aprovação. A aprovação das mesmas depende de trâmites específicos que estão ao alcance do Conselho Europeu e do Parlamento Europeu. Uma vez aprovada a lei, ela volta à Comissão Europeia para ser cumprida. Como sabido, a DGRegio, como órgão da Comissão Europeia, implementa a Política Regional do bloco.

Expressão Numérica dos Fundos para a Política Regional

Quanto aos números orçamentários e financeiros informou serem bastante expressivos, porém destinam-se a quase 500 milhões de pessoas. Os dados apresentados indicam que o orçamento da UE representa apenas 1% da riqueza europeia. No orçamento geral, a parcela de 35,7% destinada à Política Regional (“Coesão”) é a segunda em importância. A primeira continua a ser a da Política Agrícola Comum (PAC), Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, que ascende a 43,1%. Relativamente à comparação entre as duas, o destaque é que 30 anos depois de criada, os recursos destinados à PAC caíram à metade do valor de 30 anos atrás, enquanto os da Política Regional vêm ganhando importância de forma continuada.

A União Europeia dispõe de três fundos para a Política Regional:

- Fundo de Coesão
- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- Fundo Europeu Social

O lado negativo dessa arquitetura financeira é ter mais de um fundo, já que cada um deles possui critérios e mecanismos próprios. Em razão dessa configuração, o palestrante recomenda que o Brasil tenha apenas um fundo de apoio à Política Regional.

A Desigualdade na Europa sob a Ótica Comparativa

O Tratado da UE tem como um dos seus objetivos a redução das disparidades (*EU Treaty objective to "reduce disparities in the level of development"*). Segundo dados oficiais válidos para a UE de 27 países, 25% da população mais rica produzem 37% das riquezas da UE, enquanto os 10% da população mais pobre produzem tão somente 4,1% da riqueza europeia. A desigualdade piorou por ocasião das últimas expansões rumo ao Leste, já que ali estão os países mais pobres e mais desiguais.

O quadro a seguir mostra uma perspectiva comparada do grau de desigualdade da União Europeia com países ricos e do BRIC. Nele se lança o percentual da produção que é produzida pelas frações da população indicadas nos títulos da segunda e terceira colunas.

Países/Regiões	25% mais ricos da população	10% mais pobres da população
União Europeia	37,0	4,1
Japão	35,0	7,1
EUA	25,6	10,1
Brasil	40,4	3,8
Índia	40,4	3,9
China	43,0	4,6
Rússia	51,8	3,4

O país com menor disparidade são os EUA e, no outro extremo, está a Rússia com a maior disparidade. Assim, pode-se dizer que a disparidade territorial não é um fenômeno que marca os EUA. Entretanto, para eles, o problema é de natureza social e étnica. O Japão, também, é dos menos díspares. No pólo oposto se situa a Rússia, onde a disparidade alcança valores mais altos, com destaque para a concentração da riqueza em torno de Moscou.

O painalista recomenda a política regional como prioridade para países com valores mais expressivos em disparidade.

Um pouco da história da Política Regional Europeia e suas lições

A Política Regional vem sendo construída desde 1989. Nesses 22 anos, essa Política já passou quatro gerações de programas. O próximo mandato, 2014/2020, inaugurará a 5ª geração. O trabalho de montagem do próximo mandato aparentemente começou muito cedo, mas, na Europa, o processo se prolonga por três anos. Talvez isso também ocorra no Brasil, daí a necessidade de um longo trabalho prévio.

No mandato 2007-2013, em vigor, a prioridade reside na área de investimentos estratégicos, enquanto no Brasil é a *Bolsa Família*. Em segundo lugar, os recursos estão concentrados nas regiões mais pobres – aquelas cujos PIB per capita são inferiores a 75% do valor médio da União Europeia, concentrando 31% da população europeia – e nos países mais pobres – aqueles em que o PIB per capital nacional é inferior a 90% do PIB europeu médio, o que alcança 13 estados membros e 25% da população europeia. Esses critérios formam a linha de redução das desigualdades, que se complementa com a busca por mais competitividade, tal como fixa a *Agenda de Lisboa*.

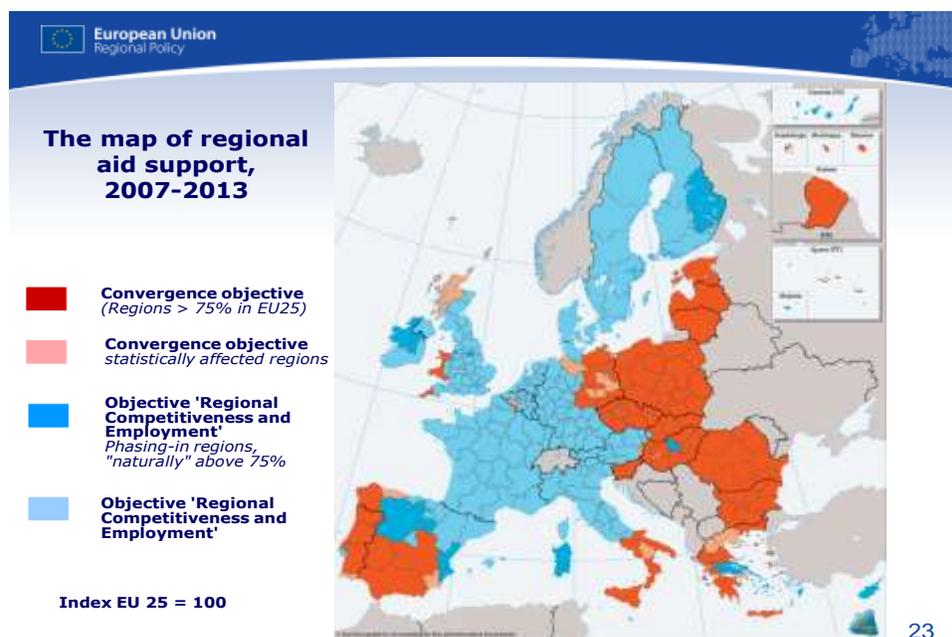
A ação da DGRegio se desdobra em 458 programas de nível nacional e regional e em nenhum deles há transferências fiscais da União Europeia a seus países-membros. São programas integrados de investimentos estratégicos, sendo que os maiores (acima de 15 milhões de euros) são aprovados individualmente em Bruxelas.

A DGRegio adota o modelo de governança multi-nível, em que a formulação dos princípios fica à cargo da Comissão Europeia; as estratégias são definidas a nível nacional e os programas podem ser nacionais ou regionais. As funções básicas dos entes participantes são: gestão, certificação e auditoria, unificados pelo princípio de uso dos recursos “*if you don't use it, you lose it*».

A distribuição dos recursos no presente mandato é a seguinte:

- 82% dos recursos para 35% da população mais pobre, em regiões de convergência (isso é o cerne da política: mais para quem é menos desenvolvido);
- 16% para a “competitividade das regiões” (o que inclui todos os países, até a Alemanha, pois qualquer país apresenta dificuldades particulares, como é o caso de áreas pobres incrustadas em áreas ricas, a exemplo de Londres, na Inglaterra); e,
- 2,5% para “cooperação territorial” (ação transfronteiriça).

Em perspectiva visual, essa distribuição assim se apresenta no mapa da União Europeia de 27 países.



Da experiência da DGRegio resultam as seguintes lições:

- É preciso ter amigos em áreas chave da Política Regional para alcançar efetividade na ação;
- Trabalhar com os mercados e com as empresas e não contra eles e elas;
- Não financiar tudo: A maior proporção transferida por projeto é de 40% do que os países aplicam em investimento público. Nas áreas azuis do mapa mostrado anteriormente, as empresas não recebem nada;
- Apoiar empresas de um país para atuar em outro país, para aprofundar os laços de integração;
- Ter o mesmo discurso do pessoal do meio ambiente;
- Trata-se de uma área em que a consulta pública não pode ser desprezada;
- Preservar o princípio de oportunidade igual para todos, sem discriminação de gênero, raça ou religião; não basta respeitar a lei, é preciso favorecer as minorias;
- É preciso saber se os programas fazem coisas positivas para a economia.

No que se refere ao tema da competitividade, inscrito na *Agenda de Lisboa*, o objetivo é tornar a Europa o lugar mais competitivo e a economia mais dinâmica do mundo. Para tanto, a Europa quer:

- Atingir o padrão norte-americano: fazer a renda per capita da União Europeia, de 25 mil euros, atingir a dos EUA, que é de 32 mil euros;
- Proporcionar emprego para pelo menos 70% das pessoas em condições de trabalhar (mais e melhores empregos). Em 2010, a meta foi elevada para 75%; e,
- Gastar 3% do PIB em inovação (até hoje, o maior valor alcançado foi de 1,8%).
- Cumprir a meta 20/20/20 (reduzir as emissões de gases do efeito estufa em 20%; gerar 20% em energia renovável e aumentar em 20% a eficiência energética);
- Reduzir de 80 para 20 milhões o número de pessoas que está em risco de pobreza;
- Deslocar recursos da categoria *grant* (não reembolsáveis) para *loans* (reembolsáveis), de forma a reorientar as doações e transferências a fundo perdido. Cada projeto deverá levar em conta o princípio de que tudo que gera receita deve ser reembolsável. A EU não quer, simplesmente, dar dinheiro, pois é inaceitável cobrar mais impostos, especialmente em tempos de crise.

Dilemas Enfrentados entre 1989 até o presente

O Sr Ronald Hall reconheceu que por muito tempo a União Europeia não teve uma visão estratégica com a Política Regional. As autoridades, políticos e a população queriam saber com o que a Política Regional gastava seu dinheiro, e a DGRegio tinha dificuldades para convencer os interlocutores sobre seus projetos. Para superar este problema, adotou-se a seguinte estratégia:

1º momento: Foi elaborado um documento de visão estratégica, encaminhado aos países-membros para adesão e assinatura.

2º momento: Decidiu-se que a visão da Política Regional não deveria incluir toda e qualquer ação; apenas o que fosse prioritário, segundo critérios definidos previamente.

3º momento: Definição sobre quanto o grau de descentralização. Decidiu-se pela descentralização, mas sabendo que, com isso, perder-se-ia parte do controle. Para minimizar os problemas adotou-se o modelo da governança multi-nível.

Um tema em especial importante para a DGRegio é gastar com o que dá retorno. Para tanto, é preciso dispor de capacidade para medir o que dá retorno.

Até então, todos os países-membros são tratados da mesma forma. Isso tem sido um problema para o qual até agora não houve um encaminhamento apropriado. Mais recentemente, está em curso uma reestruturação para adotar um sistema diferenciado. Um exemplo apropriado é a 'força tarefa grega', que proporciona um tratamento diferenciado ao país.

Um problema típico da coordenação exercida pela DGRegio é a necessidade de obter informações sobre a definição e implantação de programas. A DGRegio quer mais informações, porém os que nos prestam as informações entendem que a exigência da DGRegio é muito alta em quantidade e detalhes. A ideia é buscar um equilíbrio entre o que se quer e o que se pode oferecer.

Outro problema é que a lei nunca está suficientemente clara para todas as partes envolvidas. Frequentemente, a falta de clareza em procedimentos leva ao impulso de mudar a lei para melhorar o entendimento, mas o resultado final é percebido como introdução de mais complexidade nos programas. Ademais, líderes políticos quando tomam posse nos governos querem reformar as leis existentes, o que introduz descontinuidades, pois duas ações semelhantes às vezes fica sob a exigência de leis diferentes, o que traz problemas de isonomia.

E por último, a pergunta mais frequente: Quanto de dinheiro deveria vir do centro e das regiões (co-financiamento) já que a União Europeia não financia 100% dos programas?

Esses são os nossos problemas.

Após 22 anos de experiência, continuamos a nos perguntar: o que devemos fazer ainda? O certo é não conseguirmos ver a Europa sem sua Política Regional. Para a União Europeia, a Política Regional é uma espécie de contrato entre a UE e seus estados-membros.

Uma mensagem para o Brasil: se não há como avaliar sua Política Regional, ela vai mal e certamente não terá continuidade.

Principais temas a partir de 2014-2020

- Mais focos em resultados (mais indicadores, mais monitoria, mais avaliação);
- Melhores esquemas para programação;
- Mais desembolso baseado em desempenho (reter 5% para só alocar se chegar às metas);
- Impor condicionalidades *ex ante* (condições favoráveis para os investimentos);
- Impor condicionalidade macroeconômica para evitar uma 'nova Grécia'.

DEBATE

1ª Rodada de Perguntas

1ª pergunta: Qual é a lógica da transferência de recursos para as regiões mais pobres da Europa? (Jackson Salomão, SDR/MI)

2ª pergunta: Por que se fala da Política de Coesão como sendo Política Regional, já que não são políticas coincidentes? (Henrique Villa, SDR/MI)

3ª pergunta: Qual é a contribuição da Política Regional à diminuição do impacto da crise econômico-financeira na Zona do Euro? (Henrique Villa, SDR/MI)

4ª pergunta: Que tipo de diálogo existe entre a Autoridade Monetária Europeia e a Política Regional? (Henrique Villa, SDR/MI)

1ª Rodada de Respostas

1ª pergunta: O mais importante é dizer que os números 82% e 16% provêm de estatísticas e não de desejos e pressões dos políticos. O principal critério é atender as regiões cuja PIB per capita seja inferior a 75% do PIB per capita médio da União Europeia. Isso não explica inteiramente a proporção 82:16 porque os dados refletem a experiência de três períodos distintos. Também é certo que os 82% nunca poderiam chegar a 100%; por sua vez, 16% é um resíduo, que poderia ser 10% ou 12%, mas é 16%. Já os 2,5% é o que restou de nossa proposta de colocar 5%, mas que Autoridades Comunitárias não aceitaram. Para o mandato de 2014-2020 vamos insistir, mais uma vez, com os 5% que nunca obtivemos.

2ª pergunta: Se tivéssemos total domínio da palavra 'Política', nos livraríamos da palavra "coesão" e ficaríamos apenas com "regional". O problema é que na origem os tratados consagram a expressão "coesão" para atender a situação particular da Inglaterra, que se sentiria submetida a um tratamento rígido com a palavra "regional" usada para todos os fins; para os ingleses, a palavra "coesão" expressava um sentimento inclusivo e, por isso, foi consagrado nos tratados. Ademais, a palavra 'política', de 'política regional', em muitos países pode ser utilizada para deformar a destinação dos recursos destinados à 'coesão'.

3ª pergunta: Por não ser uma federação como o Brasil ou os EUA, a União Europeia tem um orçamento muito pequeno em relação à riqueza das nações. Isso nos faz ter pouco controle sobre o tema perguntado. Crises assemelhadas nos EUA, embora piores e mais críticas, não se tornam internacionais como na Europa. Dessa forma, há pouca relação entre crise e política regional. Não temos um FED na Europa. A Política Regional é a única coisa que temos entre países. Ainda assim, o maior repasse que fazemos para países é de 4% de seu PIB. Para quem tem uma dívida de 13%, a Política Regional é boa, mas não resolve a crise. Gostaria até que a crise europeia fosse uma oportunidade para a Europa parecer-se, com o Brasil e os EUA em termos fiscais, pois seria mais integrada, com menores possibilidade de alguns países saírem da zona do euro. Uma das dificuldades para uma integração mais efetiva é que a Alemanha 'gosta' do euro fraco, pois aumenta sua competitividade comercial.

4ª pergunta: Não há relação alguma entre o Banco Central Europeu e a Política Regional. A relação é nula. Ambos operam de forma independente e sem coordenação. Em outros países também é assim. Nos EUA, por exemplo, o FED não tem nada a ver com políticas públicas do Governo Norteamericano.

2ª Rodada de Perguntas

5ª pergunta: Dada a intensidade de ação da UE nos seus países-membros periféricos, não seria o caso desses Estados (em que o orçamento da União Europeia representa 40% do orçamento nacional) darem destaque nos seus planos nacionais de desenvolvimento aos tópicos de desenvolvimento regional preconizados pela DGRegio? (Paulo Pitanga, SDR/MI)

6ª pergunta: Que medidas a DGRegio utilizada para apoiar os países-membros com menos capacidade técnica para a elaboração de programas? (Ubajara Berocan, SDR/MI)

7ª pergunta: Tendo em vista a intensificação do uso de indicadores de programas, a estratégia que lhe corresponde é desenhada em conjunto pela DGRegio e pelos países-membros? (Ubajara Berocan, SDR/MI)

8ª pergunta: Corresponde à realidade a crítica velada de vários países que a DGRegio financia muita infraestrutura e pouca inovação e capacitação? (Henrique Villa, SDR/MI)

9ª pergunta: Existem penalidades, além da retirada dos 5%, quando não há execução aceitável de programas financiados pela União Europeia? (Júlio Medeiros, SDR/MI)

2ª Rodada de Respostas

5ª e 6ª perguntas: Queria aproveitar para estabelecer o relacionamento da Política Regional com as metas macroeconômicas. É difícil implementar a condicionalidade macroeconômica, pois o desenvolvimento regional tem a ver com a melhoria das condições das pessoas onde vivem. Se você tem problemas macroeconômicos e, por isso, restringe a Política Regional, então a vida deles piora. É um verdadeiro problema. Até agora não usamos a condicionalidade macroeconômica. Pela primeira vez iremos aceitá-la porque a crise atual é muito severa e não podemos desconhecer esse problema. Porém, ainda falta ver se essa proposta vai sobreviver no âmbito dos países membros e no Parlamento Europeu. O arranjo final é muito imprevisível.

7ª pergunta: Com relação aos indicadores com foco nos resultados, os mesmos vão ser revistos em parceria com os estados-membros. Um desses estados-membros faria uma introdução a título de teste, para depois negociarmos com os demais. A partir desse ponto poder-se-ia pensar num sistema próprio e na capacitação do pessoal. Não basta o auditor (tradicional) verificar se cada item da execução correspondeu a cada item da previsão; é necessário monitorar os resultados para medir o impacto e não somente como o dinheiro foi gasto.

8ª pergunta: Os espanhóis foram muito eficientes em aplicar em infraestrutura. Porém, pergunto, essa é a melhor forma de se fazer desenvolvimento regional? A Espanha chegou a gastar 65% do dinheiro comunitário em infraestrutura e 35% com o 'resto'. Na Irlanda a proporção é inversa: 35% em infraestrutura e 65% no 'resto' e, ainda assim, a Irlanda cresceu muito. Ainda assim, estudos recentes mostram que a Irlanda descuidou da infraestrutura e, por isso, está revendo a questão, já que a infraestrutura disponível se mostrou insuficiente. Não há um parâmetro único. Para se ter uma boa avaliação, a perspectiva tem de ser a de longo prazo. A propósito, há o 'paradoxo da infraestrutura': a melhoria da infraestrutura numa área pobre pode piorar a situação se a área rica mais própria a utilizada para vender mais para a área pobre. Nesse caso, a infraestrutura ajuda mais os ricos! Para fugir desse efeito perverso, o investimento tem de ser integrado a várias áreas.

9ª pergunta: Apesar de prevista, nunca fizemos retirada dos recursos. Ademais, se houver retirada teremos de pensar que "amanhã é outro dia", ou seja, começar tudo outra vez.

3ª Rodada de Perguntas

10ª pergunta: Quais as conseqüências da crise para a integração europeia? Está havendo um movimento de construção da confiança comunitária ante a crise na zona do euro? (Vitarque Coelho, SDR/MI)

11ª pergunta: Qual será o novo olhar estratégico da Política Regional para o mandato 2014-2020, já que não se imagina ser recomendável olhar para o futuro com o sentimento de crise? Isso serviria para aplicar o princípio de trabalhar desigualmente os desiguais? (Henrique Villa, SDR/MI)

3ª Rodada de Respostas

10ª pergunta: Sobre a conseqüência da crise em termos de integração, vejo tres cenários:

- Colapso total do euro, com menos de 1% de chance de ocorrer;
- Saída de um ou mais países do euro, com mecanismos definidos;
- Fortalecimento da integração: a União Europeia já estuda novos mecanismos, inclusive a revisão do Tratado Europeu, bem como equipes de apoio *ad hoc* para estudar a situação de cada país. Porém, teremos problemas com a Inglaterra, que é eurocética.

11ª pergunta: Além do regional, a UE destina grande parte de seus esforços para a agricultura e pesca; e o desenvolvimento estrutural. Para superar as inevitáveis barreiras entre esses temas, queremos uma estrutura de coordenação central dos investimentos, pois atualmente cada uma dessas áreas trabalha separadamente. Também queremos trabalhar junto com comércio e transportes. O caminho é trabalhar juntos, coisa que ainda não fazemos. Uma das consequências é aumentar a dose de centralização. De qualquer forma, os princípios básicos, centralizados, têm de ser adaptados a situações locais. A Itália, por exemplo, tem uma péssima imagem, mas na inovação agrícola tem excelentes resultados.

2.3. SEGUNDO PAINEL



The slide features a blue header with the European Union logo and the text 'European Union Regional Policy'. The main content is enclosed in a rounded rectangular frame with a blue border. The text is centered and reads: 'Governança multinível na Política Regional Europeia', 'Ramón López – DG REGIO', 'Curso de nivelamento sobre gestão e governança da Política Regional Europeia', and 'Brasilia, 21 novembro 2011'.

1

Em substituição ao Sr Paulo Pitanga do Amparo, da SDR/MI, o Sr Ubajara Berocan abriu os trabalhos na parte da tarde, apresentando o segundo painalista do dia, o Sr Ramón López Sánchez, representante da DGRegio.

O Sr Ramón López Sánchez tratou do tema “governança multi-nível” (GMN), destacando que iria fazê-lo de forma aplicada ao contexto da Política Regional Europeia e não de forma genérica ou abstrata.

A governança multi-nível situa-se entre a abordagem intergovernamental e a supranacional, tendo surgido no contexto do debate denominado “Europa das regiões”, durante os anos 1990.

Suas principais dimensões são a vertical (diálogo entre diferentes níveis de governo: europeu, nacional, regional e local) e horizontal (diálogo entre diferentes atores em cada nível considerado nos programas). Com sua introdução, foi abandonado o enfoque *top down*, até então empregado pela União Europeia de forma predominante.

Sua prática é bastante complexa e variada porque há diferentes modelos de gestão dos estados nacionais na Europa; uns bastante centralizados; outros bastante descentralizados, e alguns com uma modalidade mista. A propósito, citam-se os seguintes exemplos:

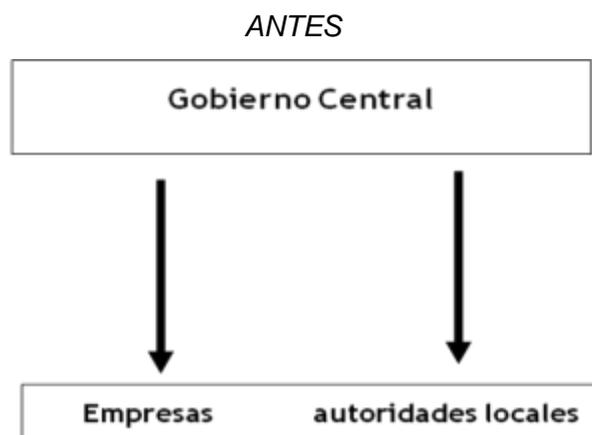
- Países de execução centralizada: Dinamarca, Eslovênia, Hungria, Letônia e Eslováquia.
- Países de execução descentralizada (regionalizada): Alemanha, Áustria, Bélgica e Espanha.
- Países de sistemas mistos: França e Polônia.

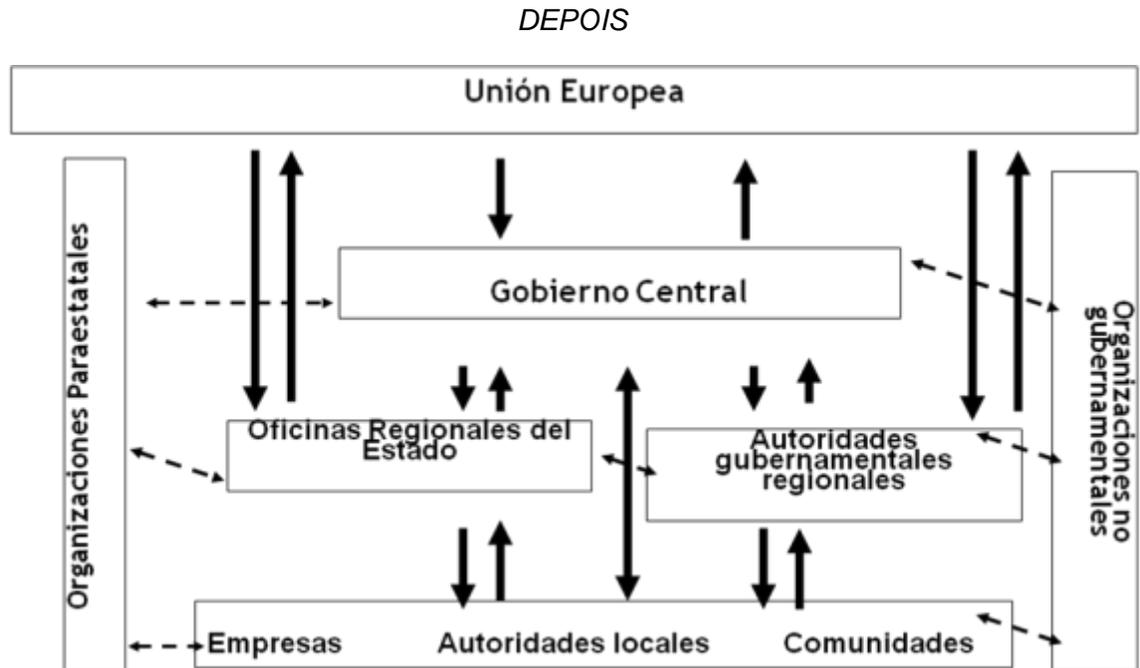
O Sr Ramón López Sánchez considera que a governança multi-nível (europeu, nacional e regional) ainda é um desafio para muitos países e que uma governança bem estabelecida é pré-condição para o sucesso de qualquer política pública comunitária, em especial, da Política Regional.

O princípio básico da política de coesão é a ação regional, que envolve a definição de uma estratégia, e a mobilização de autoridades e atores sociais, que devem, juntos, perseguir objetivos comuns no plano regional e contribuir para o alcance dos objetivos europeus.

Nos 27 estados-membros, o nível regional da Política corresponde aos NUTS 2. A Política Regional atua em 271 NUTS 2, sendo que cada um deles conta com uma população estimada de 800.000 a 3.000.000 pessoas, com algumas exceções.

As duas figuras a seguir mostram o grau de complexidade atingido ao se passar do momento anterior e posterior à introdução da governança multi-nível na Política Regional.





Princípios e Requisitos da GMN

- Princípio da gestão compartilhada

A Comissão Europeia é responsável, num primeiro momento, por assegurar o orçamento da Política Regional. Também se envolve na seleção de prioridades, no pagamento de despesas e no controle da execução.

Os estados-membros se responsabilizam pela execução descentralizada dos programas. Além disso, os estados-membros se comprometem a implantar estruturas capazes de exercer o controle financeiro, auditoria, acompanhamento e avaliação, formalização de contratos públicos e atividades de prevenção de fraude.

- Princípio da parceria

As autoridades regionais e locais, os agentes sociais, os organismos que trabalham para o tema do meio ambiente e da igualdade de oportunidades, as ONGs e a sociedade civil participam e compartilham experiências de implantação dos programas na instância regional/local.

Entre eles se forma os comitês de acompanhamento das ações para a boa implantação e execução dos programas.

- Requisito da ação conjunta

Todos os níveis (europeu, nacional, regional/local) se comprometem a contribuir para o alcance dos objetivos europeus gravados na *Agenda de Lisboa* e na estratégia *Europa 2020*.

Seleção de Projetos

Segundo Sr Sánchez não é a Comissão quem escolhe os projetos. A escolha é feita de forma compartilhada entre a Comissão Europeia e os estados nacionais. Para tanto, são observados diversos arranjos, de forma a que sejam observados os tipos e estilos de gestão público dos estados-membros. Nesse sentido, as principais funções são as seguintes:

- A Comissão estabelece as prioridades, negocia e aprova os planos estratégicos e os programas operacionais propostos pelos estados-membros e aloca os recursos. Ademais, a Comissão envolve-se no monitoramento, no pagamento das despesas e nos sistemas de controle.
- Os estados-membros gerenciam os programas, selecionam os projetos, os monitoram e os avaliam. Para tanto, devem envolver seus parceiros bem como órgãos da sociedade civil tanto na programação quanto no gerenciamento.

Processo de Planejamento

O processo de planejamento está composto, basicamente, de cinco fases:

- Formulação das estratégias comunitárias de coesão pela Comissão, adotadas pelo Conselho e com o pronunciamento oficial do Parlamento;
- Definição de marcos estratégicos nacionais pelos estados-membros, refletindo as orientações comunitárias, detalhando uma estratégia nacional e indicando a programação;
- Formulação dos programas operativos (um programa por fundo e estado-membro ou região, com descrição das prioridades, gestão e fundos de informação) pelos estados-membros ou regiões;
- Gestão do programa com a seleção de projetos pelos estados-membros e regiões, seguindo o princípio da gestão compartilhada;
- Monitoramento estratégico e debate anual pelo Conselho Europeu, tendo como base os informativos anuais da Comissão e dos estados-membros.

Exemplos de Boas Práticas considerando a GMN

Polônia: Trabalho de especialistas ambientais em todos os comitês de monitoramento

França: Grupo de trabalho implantando estratégias de inovação regional; ação da Câmara Regional de Ofícios e Artesanato para o desenvolvimento empresarial

Áustria: Plataforma para debates estratégicos

Eslovênia: Centro para a informação, cooperação e desenvolvimento das ONGs

Suécia: Associações de fundos estruturais

Dinamarca: Programas baseados no enfoque bottom-up com parceria ampliada associado à implementação descentralizada em que autoridades e agências locais jogam um papel chave por meio de fóruns de crescimento regional

Finlândia: Comitês de gestão regional

Bélgica: Emprego de especialistas independentes na seleção de projetos

Escócia: Contratação da gestão de programas a agências independentes

A reunião de experiências exitosas em vários campos propiciou a ideia de elaborar um 'código de conduta' de alcance europeu, de forma a buscar algum tipo de homogeneização, pois as diferenças de um caso a outro são bastante pronunciadas.

Alguns problemas decorrentes da introdução da GMN

Com base no conhecimento e prática da governança multi-nível pode-se dizer que os principais problemas são os seguintes:

- Grau de variação dos arranjos institucionais é bastante elevado, o que proporciona 'fugas de eficiência' na implementação dos projetos da Política Regional;
- Baixa participação dos atores que não pertencem ao serviço público;
- Desconhecimento de mecanismos e procedimentos que mantenham ativas as parcerias nos níveis nacional, regional e local.

Recomendações a partir de lições da experiência da implantação da GMN

- Contrabalançar o enfoque *top down* com o *botton-up*, fazendo este mais intenso;
- Equilibrar o cumprimento de obrigações com a obtenção de resultados, já que muitas vezes, os executores se empenham em gastar mais do que em obter resultados expressivos;
- Tornar os sistemas de monitoramento mais confiáveis e robustos;
- Superar a dificuldade em conseguir parceiros mais capazes fora do setor público;
- Reforçar a capacidade administrativa das instituições em todos os níveis;
- Fazer uso da assistência técnica para reforçar a solidez das instituições;
- Reunir em um único conjunto o planejamento plurianual (sob a forma de projetos estruturantes), a monitoria e os sistemas de controle e avaliação.

DEBATE

1ª Rodada de Perguntas

1ª pergunta: Foi solicitado que o Sr Sánchez desse mais detalhes sobre a participação da sociedade civil nos diversos níveis da Política Regional, instando o painalista a informar, com maior grau de precisão, sobre o uso de indicadores qualitativos no acompanhamento e avaliação de projetos e programas (Maria da Conceição da Silva, da Codevasf).

2ª pergunta: Como funcionam as políticas de *cluster* no conjunto da Política Regional? (Maria Cristina Milani, MDIC/APL)

3ª pergunta: Tendo em vista os princípios e requisitos da governança multi-nível, foi feita uma breve explanação sobre a importância da governação para a PNDR, uma vez que há vários problemas dessa natureza no presente momento: a) a Comissão Interministerial da Casa Civil está desativada; b) a Sudene, a Sudam e a Sudeco contribuem muito menos do que poderiam fazê-lo; c) não há diálogo entre o governo federal e os governos de estados e municípios; e, d) a participação da sociedade civil é frágil. Por isso mesmo, por enquanto, a PNDR é uma política de governo, mas não uma política de estado (Henrique Villa, da SDR/MI).

1ª Rodada de Respostas

1ª pergunta: O Sr Sanchez informou que por efeito dos regulamentos, a Comissão Europeia não diz como e em que o setor privado deve participar. O que a Comissão faz é divulgar as boas experiências e boas práticas, deixando livre sua adoção pelos países-membros. De outro lado, para facilitar a participação dos atores sociais, a Política Regional mantém contatos permanentes com os atores, buscando entender suas demandas e proporcionar-lhes apoio. Salientou que a ênfase na participação é, ainda, muito recente e, também, muito variada. Assim, ocorre desde sempre nos países com tradição no tema; porém é nula nos que apresentam estilos mais centralizados de administração. Verdadeiramente, somente a partir do ano 2000 se tratou de generalizar a GMN. Anualmente, a UE abre espaço para se reunir com as ONGs e demais órgãos da sociedade civil para conhecer experiências e solucionar problemas. Relativamente à avaliação *ex post*, entende que seja muito difícil trabalhar com indicadores qualitativos.

2ª pergunta: Os *clusters* não são elementos próprios da Política Regional, embora sejam tratados na Comissão Europeia por outros organismos. A lógica dos *clusters* é a da eficiência e da inovação e não a da redução das desigualdades. Em geral, os *clusters* são considerados nos 'programas de excelência' da Comissão. Sabe-se que no passado, os *clusters* eram considerados 'catedrais no deserto' (parques tecnológicos, centros de importância mundial sem muita conexão com o mundo real), já que muitos não funcionavam. Hoje é problema já encontrou soluções próprias. Por fim, disse que os *clusters* e a Política Regional são âmbitos distintos da política geral praticada pela Comissão.

2ª Rodada de Perguntas

4ª pergunta: Fale, de forma mais detalhada, sobre o emprego de indicadores para a distribuição dos recursos aos países-membros e aos programas e projetos (Laís Braga Cordeiro, SDR/MI)

5ª pergunta: Se na Europa, a Comissão não escolhe projetos, por que no Brasil, o Governo Federal prepara convênios e executa a Política Regional? À luz da experiência europeia, o Governo Federal deveria ter como foco a condução global da sua Política Regional. É bastante expressiva entre o *staff* da DGRegio, com 700 funcionários, e o do Ministério da Integração Nacional. No Brasil, recentemente, assiste-se, com desconfiança, o episódio de corrupção que envolve algumas das ONGs, que poderiam e deveriam ser parceiras na Política Regional. Disse que gostaria de conhecer mais detalhes sobre a experiência do centro de apoio às ONGs na Eslovênia. (Henrique Villa, SDR/MI).

2ª Rodada de Respostas

4ª pergunta: Os dois indicadores mais importantes para a distribuição de recursos aos estados-membros são a população e o PIB per capita da região. Quanto mais baixo o segundo indicador, mais recursos recebe a região. Também, quanto maior for sua população, mais recebe. Ambos indicadores estão integrados numa fórmula complexa. Ademais, uma região pobre num país pobre recebe, relativamente, mais do que uma região pobre num país rico, porque se admite que esse país possa ajudar mais em seu próprio desenvolvimento. A parcela de recursos definida com estes critérios, se soma uma quantidade de recursos segundo seja o contingente de desempregados, excluindo-se desse quarto e último indicador a co-participação do país que recebe os fundos. Assim, em resumo, população, PIB per capita, riqueza relativa e emprego são os indicadores utilizados.

5ª resposta: Descreveu sucintamente as atividades do centro esloveno em apoio às ONGs com capacitação, orientação e fornecimento de informações, informando que todos os detalhes de interesse estão disponíveis no site da DGRegio.

2.4. TERCEIRO PAINEL



Mecanismos de acesso e os instrumentos de seleção, acompanhamento e avaliação

Rogério Martins
Brasília, 22 de Novembro de 2011

O 3º painel foi coordenado pelo Sr Maurílio Barcelos, do Ministério da Integração Nacional, que apresentou o tema e o painelista aos participantes. Em seguida passou a palavra ao painelista, Sr Rogério Martins.

O Sr Rogério Martins fez a apresentação sobre o IFDR (Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional) e sua atuação em Portugal, tratando, em primeiro lugar, de questões básicas da Política Regional Europeia e, depois, da atuação específica do Instituto, que está vinculado ao Ministério de Economia português.

Disse que as principais funções do IFDR são as seguintes:

- Coordenação do FEDER e do Fundo de Coesão
- Monitoração física, financeira e operacional dos projetos e programas

- Interlocação nacional com a Comissão Europeia
- Autoridade de Certificação. Isso corresponde dizer à Comissão Europeia que a despesa é boa, cumpriu toda a regulamentação e corresponde a investimentos efetivamente realizados. Garante, portanto, que o projeto foi implantado e serve aos fins estabelecidos.
- Entidade pagadora juntos aos beneficiários e organismos intermediários (recebe as transferências da Comunidade Europeia e as repassa)
- Controle das operações (auditorias dos projetos).

Para exercer suas funções, o IFDR dispõe de um quadro de 120 funcionários, distribuídos em seis áreas temáticas.

Resumo da Política de Coesão

- Universo da Política Regional: 27 países, 271 regiões e 493 milhões de habitantes, o que forma um painel de bastante desigualdade.
- A Política de Coesão ambiciona que haja mais homogeneidade no plano social e econômico.
- Todas as regiões europeias são elegíveis, mesmo as não pobres.
- As situações encontradas devem encaixar em um dos três objetivos:
 - De Convergência (regiões menos desenvolvidas);
 - De Competitividade regional;
 - De Cooperação transfronteiriça.
- Em Portugal, a maioria de suas regiões faz parte dos 25% das regiões europeias (e se vinculam ao objetivo da convergência). Lisboa é região de competitividade regional e emprego; Madeira e Algarve são regiões em regime transitório (*phasing out*); e, Norte, Centro, Alentejo e Açores são regiões de convergência.
- Os fundos:
 - FEDER é o fundo de convergência, reforça a convergência das regiões e está vocacionado para atender à infraestrutura e ao capital físico.
 - Fundo de Coesão diz respeito ao desenvolvimento sustentável, às redes europeias e ao meio ambiente. A elegibilidade é nacional e tem a ver com a competitividade. 14 países com rendimento inferior a 90% são elegíveis.
 - Fundo Social: vocacionado ao emprego e ao combate à pobreza.

QREN: Quadro de Referência Estratégica Nacional

O QREN constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal. Em concertação com a Comissão, elaborou um documento de referência nacional sobre a sua estratégia de desenvolvimento, o qual constituiu o enquadramento para a elaboração dos programas operacionais. Com base na estratégia nacional assim definida, a Comissão tomou nota do QREN e decidiu sobre determinados elementos desse documento.

Tal documento abrange as ações de todos os ministérios e durante a vigência do atual mandato europeu para a Política Regional, recebe, aproximadamente, € 21,5 bilhões (dos três fundos europeus) num total de € 44 bilhões a serem aplicados por Portugal.

A implementação do QREN é feita por 17 programas operacionais, dos quais 7 programas regionais (NUTS 2), 6 transfronteiriços (sendo que Portugal é responsável pela gestão de um deles) e 2 programas de assistência técnica para os fundos. A distribuição dos recursos é a seguinte:

- 95% dos fundos comunitários se vinculam ao objetivo convergência
- 4% ao fundo social
- 1% para o transfeiriço

Prioridades

O Sr. Rogério Martins indicou as cinco prioridades do QREN, além de detalhar seu conteúdo. São prioridades:

- Promover a qualificação dos portugueses
- Promover o desenvolvimento sustentável
- Garantir a coesão social
- Assegurar a qualificação dos territórios e das cidades
- Aumentar a eficiência da governança

Princípios Orientadores

- Concentração operacional: os programas são transversais, não setoriais
- Seletividade e focalização: o programa foi bem aprovado
- Viabilidade económica e sustentabilidade financeira (presente e futuro)
- Coesão e valorização do território
- Gestão e monitoramento estratégico das intervenções

Agendas Operacionais Temáticas

Os princípios e formulações genéricas são materializados nas seguintes agendas:

- Agenda para o Potencial Humano (promover as qualificações escolares e profissionais dos portugueses; e promover o emprego e a inclusão social, bem como as condições para a valorização da igualdade de gênero e da cidadania plena);
- Agenda para os Fatores de Competitividade (abrange as intervenções que visam estimular a qualificação do tecido produtivo, pela inovação, desenvolvimento tecnológico e estímulo ao empreendedorismo, bem como melhoria dos diversos componentes da atividade empresarial);
- Agenda de Valorização do Território (dotar o país e suas regiões de melhores condições de atratividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações)

Modelo de Governança do QREN

No modelo de governança do QREN estão presentes as comissões ministeriais de coordenação, uma delas voltada aos Programas Operacionais Regionais e outra aos Programas Operacionais Temáticos. As comissões se juntam para formar o Observatório do QREN. Na linha operacional se colocam as entidades executoras, as empresas, os parceiros públicos e da sociedade civil bem como as comissões de acompanhamento de programas e projetos.

No todo estão envolvidas uma autoridade de auditoria, duas autoridades de certificação, treze autoridades de gestão e sessenta e cinco organismos intermediários.

Dado o interesse da oficina, o Sr Rogério Martins dedicou o resto de seu tempo a detalhar as funções da autoridade de gestão.

Funções de uma Autoridade de Gestão

- No enquadramento das propostas:
 - Regulamentação comunitária e nacional
 - Decisão do Programa Operacional
 - Regulamentos Específicos ou orientações técnicas gerais e específicas do Programa Operativo

- Na apresentação de Candidaturas:
 - Definir as modalidades de acesso: concurso; apenas em períodos pré-determinados; acesso contínuo e convite público prévio
 - Estabelecer a via eletrônica como preferencial
 - Realizar o processo de admissão e aceitação dos beneficiários e das operações
- Na verificação do cumprimento das condições gerais e específicas de admissibilidade e aceitabilidade dos beneficiários e das operações:
 - Enquadrar o beneficiário e da operação
 - Definir a documentação do dossiê da candidatura
 - Fazer cumprir as condições gerais e específicas dos beneficiários
 - Fazer cumprir as condições gerais e específicas das operações
 - Fazer cumprir a legislação ambiental quando aplicável
 - Cuidar para o perfeito preenchimento do formulário da candidatura
- Na seleção das candidaturas
 - Fazer valer os critérios de seleção das operações
 - Hierarquizar as candidaturas
 - Elaborar a proposta de decisão
 - Promover a audiência prévia dos interessados
 - Propor a decisão final à Autoridade de Gestão
- Na aprovação das operações
- Contratação das operações

Uma vez contratadas as operações e posto projeto em execução, cabe às autoridades de gestão fazer as verificações administrativas e no terreno sobre o andamento e conclusão dos projetos, verificar a normalidade dos pedidos de pagamento, pagar aos beneficiários e proceder ao encerramento do projeto, o que inclui a elaboração de um relatório final, sua aprovação e pagamento do saldo final.

Todas as referências documentais podem ser obtidas no site: www.ifdr.pt.

DEBATE

O coordenador do painel, Sr Maurílio Barcelos, considerou a experiência do IFDR muito rica e instrutiva, embora aplicada a uma realidade distinta da brasileira. Mesmo assim, entendeu ser possível o aproveitamento das boas práticas já implantadas e em funcionamento. Considerou que o conteúdo da apresentação foi bastante detalhado. Fez uma analogia do processo em Portugal com os mecanismos existentes no Brasil, dizendo que os processos de aprovação, liberação, certificação, fiscalização, entre outros, dos recursos dos fundos constitucionais e dos fundos de desenvolvimento regional, que financiam a Política Regional no Brasil, estão estreitamente ligados aos bancos públicos nacionais. Em seguida franqueou a palavra ao público presente para a proposição de perguntas.

1ª Rodada de Perguntas

1ª pergunta: Existe a expectativa de que todas as dimensões de intervenção sejam atendidas? Existe proporcionalidade de recursos em relação às dimensões? A disponibilização de recursos é feita por edital? (Jackson Salomão, SDR/MI).

2ª pergunta: Existe alguma instância nacional da avaliação da efetividade dos fundos europeus ou esse tipo de avaliação é realizada pela Comissão Europeia? (Vernon George, Sudene).

3ª pergunta: Se, como foi dito, é selecionado o melhor dos melhores projetos, o IFDR tem algum mecanismo para aproveitar os melhores projetos que não foram selecionados? Tem alguma novidade sobre o trem rápido que ligará Lisboa a Madrid? O que pode aportar a Política Regional à superação da crise em Portugal? (Henrique Villa, SDR/MI).

1ª Rodada de Respostas

1ª pergunta: A proposta global destrincha o todo em partes. Assim, todas as dimensões vão ser cobertas, desde que haja procura dos interessados para cada uma delas. Não podemos assegurar de antemão que haverá algo, de forma concreta. Tudo depende da demanda. Ainda assim, há recurso alocado, mesmo não aplicado. Em um segundo momento, caso continue sem demanda, o recurso é realocado.

2ª pergunta: Há vários níveis de avaliação: a) Da autoridade de gestão sobre os projetos ao longo de seu ciclo de vida e com base no relatório final apresentado; b) todos os anos, a autoridade de gestão faz um relatório de avaliação sobre todos os

projetos; e, por fim, c) o estado membro, em combinação com a Comunidade, tem a responsabilidade de fazer avaliações. Nesse caso, os enfoques podem variar.

3ª pergunta: Sobre os melhores projetos não aprovados. A autoridade não pode ir além dos recursos disponíveis, de tal forma que não há como amparar boas propostas fora da disponibilidade de recursos. O TGV entre Lisboa e Madri passa por dificuldades financeiras internas. Devido a isso, o TGV cederá lugar a uma linha de alta velocidade. Quanto ao apoio que a Política Regional pode oferecer a Portugal por conta da crise, o país apresentou uma nova proposta de intervenção em que há previsão de aumentar a parcela do financiamento comunitário.

2ª Rodada de Perguntas

4ª pergunta: Qual é a participação dos fundos comunitários no orçamento público português? Que prejuízos se podem antever com uma eventual saída de Portugal da zona do euro? Os procedimentos comunitários influenciaram a gestão pública tradicional em Portugal, melhorando-a? (Paulo Pitanga, SDR/MI).

5ª pergunta: O que fazer com os territórios que nunca conseguem ser qualificados na Política Regional? O governo português os apóia de alguma maneira? (Suzana Oliveira, Programa Faixa de Fronteira, Ministério da Integração Nacional)

6ª pergunta: Os fundos que financiam a Política Regional Europeia são financeiros ou contáveis? A liberação é global ou por projetos? Para fazer o contraste, no Brasil, há fundos em que a liberação depende de disponibilidade orçamentária no momento e há também aquelas cujas liberações não dependem de disponibilidade orçamentária. Em momentos fiscais restritivos, os projetos financiados pelos primeiros ficam prejudicados. O dinheiro comunitário dos fundos é repassado com antecedência ou somente depois da certificação da realização dos diversos projetos? (Gilberto Pompílio, Coordenador Orçamentário do MI)

2ª Rodada de Respostas

4ª pergunta: A autoridade de gestão depende de vários ministérios, é criada para funcionar entre 2007 e 2013 e pode recrutar funcionários. Numa eventual saída da UE, seria um descalabro para Portugal. Embora sair do euro seja distinto, ainda assim é muito grave. Por último diria que toda a experiência de Portugal com os fundos comunitários está sendo aproveitada e nunca seria desperdiçada porque não está centralizada nos órgãos comunitários; foi sendo enraizada nas regiões, entidades, empresas e na população.

5ª pergunta: Existem territórios dentro dos territórios e há os que são pouco competitivos ou quase nunca competitivos. Para tanto, existe um programa que atinge todo e qualquer território desenvolvendo atividades relacionadas ao patrimônio histórico, turismo, ao saber fazer, enfim, a algo que seja único, todos eles considerados pela abordagem do desenvolvimento endógeno. Frente aos problemas existentes, posso dizer que 25 anos é muito pouco tempo para elevar o nível de desenvolvimento geral do país.

6ª pergunta: Num primeiro momento, a Comissão concede um montante a título de pré-financiamento e vai liberando parcelas às entidades beneficiárias à medida que a execução dos projetos avança. As entidades beneficiárias têm de cuidar, elas mesmas, que o estado português destine-lhe a contrapartida nacional. Isso é um problema das entidades beneficiárias. Além do pré-financiamento, há pagamentos dependentes dos pedidos da certificação de despesas. Esses recursos ficam no IFDR e vão suportando as despesas efetivamente realizadas.

3ª Rodada de Perguntas

7ª pergunta: Quais as dificuldades particulares de financiamento comunitário em Portugal? (Ronald Hall, DGRegio)

8ª pergunta: Há periodicidade de concursos para a aprovação dos projetos? Quais são as duas autoridades de certificação? Uma é o IFDR? (Júlio Medeiros, SDR/MI).

9ª pergunta: No Brasil, os fundos regionais financiam a iniciativa privada e não projetos como os de Portugal. Além disso, temos convênios federativos para o setor público. Imaginávamos que toda contratação de obras e serviços no Brasil pudesse ser feita como na Comunidade Europeia. Assim, por exemplo, num projeto com a Bahia, o Estado gastaria o necessário e depois solicitaria o ressarcimento. Em Portugal, qual a porcentagem de adiantamento de recursos? (Henrique Villa, SDR/MI).

10ª pergunta: Nas operações com co-financiamento, de onde os beneficiários privados obtêm o recurso complementar? A certificação da parcela europeia é distinta da certificação dos recursos da contrapartida nacional? (Maurílio Barcelos, SRFI/MI).

3ª Rodada de Respostas

7ª pergunta: Portugal se beneficia dos fundos há mais de 20 anos e ainda não atingiu a 'velocidade cruzeiro' do desenvolvimento regional. Por um lado, temos de aprender muito, por outro, é notória a credibilidade do estado português na Comunidade.

8ª pergunta: Há duas autoridades de certificação. Uma certifica todo investimento ao abrigo do FEDER e outra, homóloga, corresponde ao Fundo Social. Os recursos da PAC e pesca, a certificação funciona de forma autônoma. A peridionadade dos concursos depende da concretização das prioridades. Assim, a priorização informa a calendarização dos concursos. Ademais, a programação financeira de médio prazo vai sendo anualizada e isso determinada, também, a realização de concurso.

9ª pergunta: Os adiantamentos são uma exceção, não a regra. Além disso, deve haver uma justificativa muito fundamentada para serem obtidos. O adianamento não tem por objetivo o financiamento da obra nem deixar o dinheiro em caixa. Por fim, é aceitável apenas para o curtíssimo prazo, algo como 2-3 meses.

10ª pergunta: O executor recebe 40 ou 50% dos recursos e se obriga a obter a diferença por seus próprios meios. Os fundos não devem substituir os mercados e sim servir como estímulo e alavanca para seu melhor funcionamento. Portanto, a empresa tem de suportar sua contrapartida com recursos próprios ou obtidos no mercado financeiro. Isso além da sua boa saúde financeira. No caso público, a entidade tem de comprovar que colocou sua contrapartida no seu orçamento. Por outro lado, a certificação abrange todos os recursos, elegíveis e a contrapartida. Cabe à Comissão Europeia aplicar o coeficiente percentual do que foi definido para aquele caso previamente e liberar o correspondente montante.

2.5. QUARTO TEMA



OECD Territorial Review: Brazil

Joaquim Oliveira Martins

Head of Regional Development Policy Division
Public Governance and Territorial Development
OECD

Esta seção foi coordenada por Pedro Bertoni, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o estudo da OCDE foi apresentado por Joaquim Oliveira Martins. Trata-se do primeiro estudo de base territorial feito pela OCDE sobre o Brasil e tem a seguinte estrutura:

- Quadro Conceitual
- Fatos Principais
- Políticas Principais
- Desafios Chave
- Recomendações
- Conclusões

O Brasil é um dos países mais descentralizados, quando comparado ao conjunto de países da OCDE. Essa afirmação vale tanto para os indicadores de receita quanto de despesas. Aliás, o Brasil é um dos raros países em que o ICMS (VAT) é atribuído aos governos estaduais e não ao governo nacional.

De outro lado, o país apresenta altos índices de concentração territorial de sua população e de sua atividade econômica. Embora decrescentes desde os anos 1980, tais índices continuam altos no contexto dos países da OCDE. Diferentemente de países que tendem a crescer mais rápido e, simultaneamente, a apresentar maiores disparidades, como Chile, México, China, Índia e África do Sul, o Brasil desponta como uma agradável exceção.

O ponto central da análise, que foi feita em 17 países, é encontrar uma maneira de a política de desenvolvimento regional ajudar a modelar um processo de crescimento sustentável em todas as regiões.

Durante muito tempo as políticas regionais foram aceitas como compensatórias. Aprendeu-se que quando não se leva em conta o espaço, as políticas estruturais podem aumentar o grau de desigualdade territorial. A desigualdade pode levar à concentração regional de atividades, que tem um aspecto positivo para o crescimento econômico; porém, seu ponto negativo é o empobrecimento de outras regiões. É nesse contexto que se aceita a política regional como política compensatória.

O acúmulo de evidências a respeito indica que essas políticas não geram desenvolvimento; geram dependência e subvenções permanentes. Mais do que equilibrar as regiões, as novas ideias é que se devem estimular os potenciais de crescimento de cada região, já que os mesmos existem em praticamente todas as situações.

A comparação dos modelos tradicionais com os modelos recomendados de política regional indica que:

- Quanto à estratégia, as tradicionais eram setoriais; as de agora, trabalham com a integração de diferentes políticas setoriais.
- Quanto à forma de aplicação de recursos, antes se apelava às subvenções; agora, às infraestruturas 'soft' e 'hard'.
- No que se refere aos atores, o principal era o governo central; agora, eles estão presentes nos distintos níveis de governo.
- Em termos de unidade de análise; antes, abordava-se o problema a partir das unidades administrativas; agora, atua-se sobre unidades funcionais para o crescimento.

- Em resumo, antes o enfoque era o de redistribuir, agora o de construir fortes sistemas de competitividade regional.
- Parte das desigualdades no Brasil decorre de o potencial de crescimento ter sido a exploração de recursos naturais e de matérias primas. Assim, quando alguma região não é bem dotada dos elementos que potencializam o crescimento, ela tende a se atrasar em relação às demais. Nesse caso, o desenvolvimento deve ser feito a partir de ações específicas, que não dependam tanto da dotação natural de recursos.

A visão da OCDE sobre o desenvolvimento regional está assentada sobre três pontos:

- A redução sustentada da pobreza depende da criação local de empregos e de crescimento.
- A complementaridade entre as políticas não vem sendo suficientemente explorada. Nesse caso, há necessidade de coordenação política e de manuseio das escalas territoriais com a finalidade de ganhar a necessária massa crítica.
- A política regional deveria reforçar os efeitos de políticas sociais como a Bolsa Família, caso contrário ela será insuficiente.

Os recursos para o desenvolvimento regional têm crescido, mas estão destinados, preferencialmente, às empresas privadas. Por outro lado, os apreciáveis recursos do BNDES são aplicados de forma enviesada, pois se destinam mais às regiões ricas do que às demais.

Desse estudo surgem as seguintes mensagens políticas:

- ✓ Ultrapassar a fragmentação de todas as políticas, usando comitês regionais, contratos talhados para cada caso, por exemplo.
- ✓ Melhorar a situação financeira dos governos subnacionais e sua autonomia política, para coordenar a política comum. A Austrália é um bom exemplo.
- ✓ Melhorar a capacidade administrativa e técnica dos níveis intermediários de governo. As famosas PPP têm um triste recorde de 'eficácia cinzenta' e seus problemas estão associados à incapacidade dos níveis intermediários de governança.
- ✓ Reduzir a assimetria da informação, melhorando monitoria e avaliação (KOSTRA, na Noruega é um bom exemplo).

Por último, segue uma lista de recomendações preliminares, sujeitas a debate para se conhecer sua viabilidade política:

- ✓ Tentar desenvolver uma abordagem baseada no território para as políticas de desenvolvimento;
- ✓ Identificar os impactos territoriais de políticas setoriais e explicitamente coordená-las por meio de mecanismos de governança apropriados;
- ✓ Utilizar os fundos regionais em investimentos físicos e 'soft', com metas regionais de desenvolvimento em vez de subsidiar as empresas por meio de taxas de juros reduzidas. O potencial de crescimento do Brasil é restringido pela intermediação financeira, já que os bancos ganham muito com juros e taxas;
- ✓ Fazer uso de novos instrumentos para assegurar que os fundos chegam em regiões pobres com potencial de desenvolvimento.
- ✓ Ter em conta a proposta do fundo proposto pelo MI a partir das riquezas do pré-sal, mas de forma a permitir que os estados se apropriem de parte do mesmo em troca de acabar com a guerra fiscal e de harmonização do ICMS;
- ✓ Vincular, mais ainda o Bolsa Família com outros programas;
- ✓ Reduzir o número de agências de coordenação com pouca eficácia de resultados; consolidar as restantes, de tal maneira que possam ser eficientes em seus propósitos;
- ✓ Definir, politicamente, o que o governo federal espera das agências de desenvolvimento regional;
- ✓ Simplificar e unificar o mapa de administração do nível intermediário (estados e municípios);
- ✓ Fazer melhor uso da informação gerada por programas como Bolsa Família ou do Censo Escolar. Há muita informação não utilizada; e, por último,
- ✓ Sustentar e ampliar programas para melhorar a capacidade de estados e municípios em trabalhar pelo desenvolvimento. Em muitos países esse é o principal problema para a implementação da política regional.

O Sr Pedro Bertoni, coordenador da sessão, informa que o Ministério do Planejamento e o Ministério da Integração Nacional já fizeram uma nota técnica sobre o estudo, com aprofundamento de alguns pontos apresentados pela OCDE, já que alguns dados estão defasados. Ainda assim, reconhece, que tal atualização não traria grandes mudanças, que chegassem a reorientar as conclusões

Disse também como é importante e difícil trabalhar a política regional no Brasil. Isso se deve à forte tradição de trabalhar com o desenvolvimento regional a partir do planejamento setorial, o que limita a integração e a coordenação das políticas setoriais.

Por outro lado, como país continental, o Brasil experimenta grandes dificuldades decorrentes da fragmentação.

É certo que o país deve realizar um esforço para ampliar o investimento orientado à exploração das potencialidades regionais, deixando de lado o lado compensatório da política regional clássica.

Mesmo se tudo der certo, é preciso estar alerta para um eventual desbalanceamento a favor das desigualdades regionais a partir dos enormes investimentos relacionados à exploração do petróleo na plataforma marítima.

Em seguida, o Sr Pedro Bertoni passou a palavra ao Sr Sérgio de Castro, Secretário da SDR/MI para suas considerações. O Secretário destacou os seguintes pontos:

- Louvou a importância do estudo da OCDE, especialmente pelo caráter comparativo com outros países;
- Entende que coordenação e base territorial são duas recomendações essenciais;
- A desconcentração observada no Brasil é fruto mais das políticas setoriais (social, educação, salário mínimo, previdência social, etc.), embora desconcentradas, inclusive do PAC, do que da Política Regional;
- O financiamento não é só questão de recursos. É preciso observar as disparidades intra-regionais nas regiões ricas e pobres, além do aspecto ressaltado de que os recursos estão orientados a empresas, favorecidas por taxas baixas de juros.
- Considera que o modelo de financiamento de ciência e tecnologia é um exemplo a ser considerado, pois trouxe soluções bastante criativas.
- É necessário intervir nas dezenas se não centenas de instâncias de coordenação sem efetiva integração.

DEBATE

1ª Rodada de Perguntas

1ª pergunta: Como a OCDE vê a renovação da política regional nos países que citou como exemplo? (Maria da Conceição da Silva, Codevasf)

2ª pergunta: Reitera que o fundo nacional proposto pelo MI deve ser visto, também, como um elemento de coordenação e atratividade para a PNDR (Henrique Villa, SDR/MI)

3ª pergunta: O desafio da governança não se esgota na busca de um novo papel para a Sudene, Sudam e Sudeco. É preciso dispor de uma estratégia para envolver os governos estaduais, os Consads, os Comitês de Bacia, etc. É necessário ampliar o enfoque para atingir a múltipla escala geográfica (Henrique Villa, SDR/MI)

4ª pergunta: A OCDE dispõe de um modelo para avaliar a capacidade de governança em governos locais em países com índices parecidos ao do Brasil, de forma a facilitar a avaliação de políticas setoriais? (MDS)

1ª Rodada de Respostas

O painelista, Sr Joaquim Oliveira Martins, fez uma abordagem geral, sem responder uma a uma às perguntas.

Existe uma crítica à política regional feita por aqueles que querem que tudo dê certo. Porém, deve-se compreender que de cada cem projetos de inovação tecnológica financiados, apenas um ou dois dão certo, mas, ainda assim, seus resultados pagam os custos dos 98 ou 99 que fracassaram. Não se pode, portanto, exigir o êxito de ponto a ponto.

A OCDE não trabalha como uma instituição que ofereça apoio e assistência a governos e instituições. Faz estudos, avaliações, e não tem o objetivo de dizer 'isso funciona' e 'aquilo não funciona'.

2ª Rodada de Perguntas

5ª pergunta: Seria muito frustrante que o estudo da OCDE ficasse arquivado sem maiores conseqüências para as mudanças da PNDR. Para tanto, sugere que a Conferência Nacional do Desenvolvimento Regional, prevista para novembro de 2012, seja um ponto no tempo que possa aglutinar elementos e decisões, como os oferecidos pela OCDE. Gostaria que a Conferência Nacional fosse o *fórum* privilegiado da PNDR, podendo colocar em prática todos os elementos colocados pela OCDE (Paulo Pitanga, SDR/MI)

6ª pergunta: Numa de suas recomendações, fala-se em construir um mapa de governança. Porém, vejo que temos muitos mapas regionais no Brasil. Agora mesmo estamos fazendo um para o Brasil Sem Miséria. Pergunto-lhe: qual é a importância de se fazer mapa territorial? (Paula Montagner, MDS)

7ª pergunta: Qual a experiência derivada de seus estudos que serve melhor para a coordenação: um 'ministério de linha' (que trata diretamente da política regional) ou um comitê de ministérios ou então um 'ministério de coordenação' para lidar com a questão territorial? (Ubajara Berocan, SDR/MI)

2ª Rodada de Respostas

Confiar que a coordenação de políticas funcione no nível nacional, ainda mais para um país tão diverso como o Brasil, é muito duvidoso. Neste tipo de modelo, os conflitos são mais graves que os ganhos de coordenação. A construção da complementaridade deve se dar a escalas territoriais menores. A experiência com Chicago mostra o acerto em escolher um nível de escala mais baixa para a coordenação. Assim, em resumo, a complementaridade é mais baixa que o nacional, mas também não é um nível determinado. Depende do problema e da intensidade da intervenção, mas nunca do nacional. A tese é da coordenação a um 'bom nível', mais próxima do *bottom up* do que do *top down*. Porém, sempre se pode ter uma coordenação nacional como num ministério do desenvolvimento regional, especialmente a *advocacy* do tema.

Relativamente à crise: os países que tinham essas estruturas que podem identificar onde os investimentos podem obter melhor retorno foram os que melhor resultados tiveram. Soube de casos de conflitos em países em que enquanto o nível nacional praticava política anticíclica, os níveis subnacionais praticavam as de caráter pró-cíclico. Nesse caso, claramente faltaram mecanismos de coordenação. De modo geral, a política regional pode afinar melhor a efetividade das políticas gerais. Serve, também, para os momentos de crise e para eventos de calamidade.

Muito obrigado!

3. COMENTÁRIOS FINAIS

Em primeiro lugar, registre-se que as atividades da oficina transcorreram segundo a programação, tendo todos os painelistas convidados se apresentado no horário tratado e discutido com profundidade os temas solicitados.

As dependências da CODEVASF, empresa vinculada ao Ministério da Integração Nacional, atenderam plenamente ao que delas se esperava. O serviço de identificação dos participantes funcionou adequadamente; a tradução simultânea (inglês-português, português-inglês, espanhol-português e português-espanhol) foi realizada com eficiência e os serviços de apoio também foram suficientemente prestados pela organização local.

Em segundo lugar, como se pode constatar nos anexos 4.2 e 4.3, o número de técnicos que efetivamente participou da oficina alcançou 66 pessoas. A esse contingente se somam mais 29 técnicos de diversos ministérios e de outras organizações, convidados para a palestra da OCDE sobre o desenvolvimento regional do Brasil. Com isso, na quarta parte da oficina, o total de participantes ascendeu a 95 pessoas.

Em terceiro lugar, as apresentações foram seguidas com muita atenção pelos participantes e os temas tratados suscitaram uma intensa troca de informações, de esclarecimentos e de discussão de problemas. Assim, foram registradas trinta e três intervenções nos quatro painéis, o que dá uma média de mais de oito perguntas por painel.

A interação entre os painelistas e o público teve como foco o conhecimento da experiência europeia com a Política Regional, seus mecanismos e processos de definição de prioridades, alocação de recursos, implementação, acompanhamento, monitoria, avaliação, certificação, prestação de contas e grau de sucesso das iniciativas. Percebeu-se que os participantes buscavam informações para poder comparar a Política Regional, a cargo da DGRegio, com a Política Regional sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional.

Vários técnicos e autoridades do Ministério da Integração Nacional consideraram positivo o evento por possibilitar fazer um paralelo da experiência europeia com os temas da reforma da PNDR, conhecida como “PNDR Fase 2”.

Por último, o Relator da Oficina, que assina o presente Relatório, apresenta uns poucos comentários pessoais sobre a adoção da Política Regional a cargo da DGRegio como modelo para o Brasil.

O comentário mais relevante é de caráter político. A União Europeia não é (ainda) uma federação. Pretende ser uma federação de países e tem se inspirado, seguidamente,

na federação dos EUA. O Sr Ronald Hall, em sua apresentação, referiu-se a este aspecto, tendo também feito um paralelo a respeito entre a União Europeia e o Brasil.

Tal como entendo, a Política Regional é utilizada pela União Europeia como uma 'proto-política federativa', por meio da qual busca a coesão institucional e política de seus estados-membros. Nesse sentido, o quadro institucional da Política Regional Europeia é distinto da configuração político-institucional do Brasil, que é de fato e de direito, uma federação. E por ser uma federação, algumas políticas federativas estão inscritas na Constituição Federal como obrigatórias, sobre as quais a União não pode modificar ao sabor da vontade política de seus governantes. Nesse quadro, a PNDR se afirma como uma política federal formada por iniciativas voluntárias. Qualquer solução fora desse quadro quebraria a regra federativa constitucional. Mas nem por isso, se pode garantir que o Brasil não necessita de bons exemplos. Porém, antes de adotá-los é preciso estar atento às configurações legais e constitucionais. Desse ponto de vista, continuam válidos os esforços de ambas as partes – União Europeia e Brasil – de buscar, de forma tentativa, áreas específicas para a cooperação. Assim, se a União Europeia dispõe de um ferramental mais complexo e desenvolvido que pode interessar ao Brasil, o Brasil dispõe de experiência federativa que pode interessar à União Europeia.

Dos temas tratados na Oficina, entendo que a arquitetura de fundos, a orientação de descentralização, o estilo de governança (multi-nível) e os mecanismos de implantação, monitoria e avaliação de projetos apareceriam como os elementos de maior interesse da parte do Brasil. Nesse particular, a experiência portuguesa, relatada pelo representante do IFDR, foi bastante rica e informativa. Mesmo potencialmente interessante, é preciso chamar a atenção para a observação do painelista sobre a grande quantidade de instrumentos detalhados utilizados na esfera local e regional para o acompanhamento, monitoria, certificação, auditoria, prestação de contas, o que demanda um enorme esforço das autoridades e corpos técnicos regionais e locais dos países-membros para atender às exigências da DGRegio. Nesse caso, uma verdadeira e profunda descentralização, com transferência de responsabilidades, poderia amenizar o fluxo de documentos que vão do local ao supranacional.

Brasília, Distrito Federal, 2 de dezembro de 2011

Mauro Márcio Oliveira

Consultor

4. ANEXOS

4.1. PROGRAMAÇÃO

Dia 21 de novembro de 2011	
Horário	Atividade
9:00 - 9:40	Seção de abertura da oficina
9:40 - 10:40	<p>Painel 1: Visão geral sobre a política regional europeia: princípios, requisitos e o modus operandi da União Europeia. Quais os principais instrumentos, sua articulação e as formas de promover a convergência e a cooperação?</p> <p>Coordenador do Painel: Sr Henrique Villa da Costa Ferreira - SDR/MI</p> <p>Painelista: Sr. Ronald Hall, representante da DGRegio</p>
10:40 - 11:00	Intervalo para café
11:00 - 11:20	Moderador: Sr Henrique Villa da Costa Ferreira - SDR/MI
11:20 - 12:00	Debate entre os participantes sobre o tema
12:00 - 14:00	Almoço
14:00 - 16:00	<p>Painel 2: Governança multinível na União Europeia (em interação com a política regional): como fazer com que a intenção de cooperação, convergência e complementaridade se efetive nos diversos níveis?</p> <p>Coordenador do Painel: Sr Paulo Pitanga do Amparo - SDR/MI</p> <p>Painelista: Sr Ramón López Sanchez, representante da DGRegio</p>
16:00 - 16:30	Intervalo para café
16:30 - 17:00	Moderador: Sr Paulo Pitanga do Amparo - SDR/MI
17:00 - 18:00	Debate entre os participantes sobre o tema

Dia 22 de novembro de 2011	
9:00 - 10:30	<p>Painel 3: Financiamento do Desenvolvimento Regional na União Europeia: mecanismos de acesso e os instrumentos de seleção, acompanhamento, avaliação e controle</p> <p>Coordenador do Painel: Sr Maurílio Alves Barcelos - SFRI/MI</p> <p>Painelista: Representante do POAR/FEDER: Sr Rogério Martins</p>
10:30 - 11:00	Intervalo para café
11:00 - 11:20	Moderador: Sr Maurílio Alves Barcelos – Coordenador-Geral dos Fundos Constitucionais de Financiamento (SFRI/MI)
11:20 - 12:00	Debate entre os participantes sobre o tema
12:00 - 14:00	Almoço
14:30 - 16:00	<p>Apresentação da versão preliminar do estudo da OCDE sobre o desenvolvimento regional no Brasil</p> <p>Representante da OCDE: Sr Joaquim Oliveira Martins</p> <p>Representante do MPOG: Sr Pedro Bertoni</p>
16:00 - 16:30	Intervalo para café
16:30 - 17:00	Moderador: Sr Sérgio Duarte de Castro, Secretário da SDR/MI

4.2. LISTA DE PRESENÇA DA OFICINA

Oficina de Nivelamento sobre Gestão e Governança da Política Regional Europeia

Data: 21 e 22 de novembro de 2011

Horário: 09h00 – 18h00

	NOME	CARGO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	EMAIL
1	Acilino J. R. Almeida	Assessor	SEDEC	3414-5910	acilino.ribeiro@gmail.com
2	Altamir Santos Filho	Gestor	SDR/MI	3414-5411	Altamir.santos@integracao.gov.br
3	André Carneiro	Analista	SDR/MI	3414-5952	Andre.carneiro@integracao.gov.br
4	Antonio F. G. Leite	Agrônomo	DPI/SENIR/MI	3414-5653	Antonio.leite@integracao.gov.br
5	Antonio Luiz	Analista	CODEVASF	3312-4632	Antonio.luiz@codevasf.gov.br
6	Brenno Leopoldo Cavalcante de Paula	Coordenador Acompanhamento, Avaliação e Análise	MI	3414-5456	brenno.calvante@integracao.gov.br
7	Carlos Henrique Marques	Chefe Unidade Apoio ao Planejamento Regional	Codevasf	61 3312-4833	carlos.henrique@codevasf.gov.br
8	Cléber Bezerra Aguiar	Assessor Técnico	SDR/MI	3414-5349	Cleber.aguiar@integracao.gov.br
9	Cleonice de Oliveira de Sousa	Analista em Desenvolvimento Regional	CODEVASF	61 3312-4841	cleonice.oliveira@codevasf.gov.br; cleonicesousa@hotmail.com
10	Cristiano Egnaldo Zinato	Analista de Infraestrutura	SENIR/MI	3414-5454	Cristiano.zinato@integracao.gov.br
11	Daniel Pereira Costa	Analista	CODEVASF	3312-4841	Daniel.costa@codevasf.gov.br
12	Deise Batista Silva	Analista	CODEVASF	3312-4632; 3612-4632	Deise.silva@codevasf.gov.br
13	Elaene Leila de O. Rocha	Assistente Técnico	CODEVASF	9964-7421	elaenel@hotmail.com
14	Emanuel G. Linhares	Analista de Infraestrutura	SUDECO	3414-4275	emanuellinhares@yahoo.com.br
15	Evellyne Amorim Leal	Coordenadora-Geral	CGPM/MI	3414- 5505, 9827-6704	evellyne.amorim@integracao.gov.br
16	Fabiane Macedo Borges	Assistente Social	CGPA/SIH/MI	3414.4219	fabianemac@gmail.com
17	Fabício Adriano Ribeiro	Coordenador de Normas e Procedimentos	SFRI/MI	3414-5457	fabricio.ribeiro@integracao.gov.br
18	Fátima Vieira	Especialista em Infraestrutura	SDR/MI	61 3414-5424	
19	Fernanda C. S. Matos	Assessora	CODEVASF	3312-4627	fernanda.matos@codevasf.gov.br

	NOME	CARGO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	EMAIL
20	Flávia Gieseler Assis	Analista Técnico Administrativo	SDR/MI	3414-5300	Flavia.assis@integracao.gov.br
21	George Adriano P. Campos	Assistente Técnico-Administrativo	SDR/MI	3414-5353	George.campos@integracao.gov.br; adrianogpc@gmail.com
22	Gilberto Pompilio de Melo Filho	Coordenador Geral de Orçamento e Finanças	MI/SECEX/DGE /CGOR	3414-5732	gilberto.melo-filho@integracao.gov.br
23	Gina Maria de Souza	Gestora de TI	CGTI	3414-5632	Gina.souza@integracao.gov.br
24	Guilherme Coutinho	Assessor	SDR/MI	3414-5430	Guilherme.coutinho@integracao.gov.br
25	Gustavo dos S. Goretti	Especialista	DPI/SENIR	3414-5554	gustavogoretti@uol.com.br
26	Grayce Martins S.Gonçalves	Coordenadora de Controle e Análise	SFRI/MI	3414-5405	grayce.goncalves@integracao.gov.br
27	Henrique Villa	Diretor	DPO/SDR/MI	3414-5601	Henrique.ferreira@integracao.gov.br
28	Itayana de F. Teixeira	Analista T. Administrativo	SDR/MI	3414-5955	ltayana.teixeira@integracao.gov.br
29	Jacques Salomon	Assessor	SDR/MI	3414-5639	Jacques.soares@integracao.gov.br
30	Janaína Peres Pena	Técnico	DPI/SNI	3414-5895	Janaina.pena@integracao.gov.br
31	Jéssica da Silva Brito	Assistente de coordenação	SDR/MI	3414-5337	jessica.brito@integracao.gov.br
32	Jose Wellington Santos	Engenheiro Civil	SUDECO	3414-0133	Jose.w.santos@integracao.gov.br
33	Júlio C. E. Medeiros	Analista Técnico Administrativo	SDR/MI	3414-5342	Julio.medeiros@integracao.gov.br
34	Kenia Marcelino	Gerente	CODEVASF	3312-4679	Kenia.marcelino@codevasf.gov.br
35	Lais Braga Cordeiro	EPPGG	SDR/MI	3414-5602	Lais.cordeiro@integracao.gov.br
36	Lígia Assis Ferreira	Analista Técnico Administrativo	SUDECO	3414-0162	ligiaconvenios@gmail.com
37	Lucas de Freitas	Analista	CODEVASF	3312-4682	Lucas.freitas@codevasf.gov.br
38	Luciana Guedes Cotrim	Analista em Comunicação	CODEVASF	3312-4860	luciana.guedes@codevasf.gov.br; lucianageb@gmail.com
39	Luzmarina Lage	Analista	CODEVASF	3312-4882	luzlage@ig.com.br
40	Marcelo Giavoni	Especialista de Infraestrutura	SDR/MI	3414-5352	Marcelo.giavoni@integracao.gov.br
41	Márcia F. de F. Ramos	APO	MI	3414-5370	marcia.ramos@integracao.gov.br
42	Marcos Lins Faustino	Assistente Técnico Administrativo	SDR/MI	3414-5334	Marcos.faustino@integracao.gov.br
43	Maria da Conceição da Silva	Analista	CODEVASF	3312-4626	Maria.conceicao@codevasf.gov.br
44	Maria de Fátima Paiva	Especialista	SDR/MI	3414-5424	Maria-fatima.paiva@integracao.gov.br
45	Maria José Monteiro	Assessora Técnica	SDR/MI	3274-5432	Mariajose.monteiro@integracao.gov.br
46	Maurílio Alves Barcelos	Coordenador-Geral do Departamento de Prospecção, Normas e Análise dos Fundos	SFRI/MI	3414-5873	maurilio.barcelos@integracao.gov.br

	NOME	CARGO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	EMAIL
47	Mauro Marcio	Consultor / Relator		3368-2894	Mauro.marcio@uol.com.br
48	Mônica Borges Gomes Assad	Analista Técnico-Administrativo	CGPA/DPE/MI	3414-5575	monicassad@gmail.com
49	Nayara Rocha	Analista Técnico	SDR/MI	3414-5445	nayarageoufc@integracao.gov.br; nayara.rocha@integracao.gov.br
50	Nicole Tadiello Graeff	Analista Técnico-Administrativo	Coordenação de Contabilidade	3414-5392	nicole.graeff@integracao.gov.br
51	Paulo P. do Amparo	Coordenador	SDR/MI	3414-5727	Paulo.pitanga@integracao.gov.br
52	Pedro Emílio P. Teodoro	Analista	SENIR/MI	3414-5305	Pedro.teodoro@integracao.gov.br
53	Priscila Muniz Franco	Assistente Técnico Administrativo	SDR/MI	3414-5366	Priscila.franco@integracao.gov.br
54	Rafael Padovani Zuin	Analista de Infraestrutura	SUDECO	3414-0164	rafael.zuin@integracao.gov.br; rafaelzuin@hotmail.com
55	Renata Viana	Chefe de Escritório da Representação em Brasília	DNOCS	61 3414-5364	renata.viana@dnocs.gov.br
56	Ricardo Ramagem	Gestor	SDR/MI	3414-5654	Ricardo.ramagem@integracao.gov.br
57	Roni César S. Almeida	Assessor Técnico	SDR/MI	3414-5336	Roni.almeida@integracao.gov.br
58	Samuel M. Castro	Geógrafo	SDR/MI	3414-5335	Samuel.castro@integracao.gov.br
59	Sandra M. de O. Alves	Assessora Especial de Controle Interno	Assessoria Especial de Controle Interno	3414-5700	sandra.alves@integracao.gov.br
60	Suzana D. R. de Oliveira	Assessora Técnica	SDR/MI	3414-5351	Suzana.oliveira@integracao.gov.br
61	Taciana Soares Siqueira	Analista Técnico Administrativo	SUDECO	3414-0168	go.convenios@gmail.com
62	Thaís A. Madeira Basto	Analista Técnico Administrativo	SDR/MI	3414-5485	Thais.basto@integracao.gov.br
63	Ubajara Berocan Leite	Coordenador	SDR/MI	3414-5303	Ubajara.leite@integracao.gov.br
64	Vernon George Walmsley	Coordenador	SUDENE	(81) 2102-2624/ (81) 9913-3558	vernon.george@sudene.gov.br
65	Virginia Maia	Analista	MI		virmaia@gmail.com
66	Vitarque Coelho	Gestor	SDR/MI	3414-5350	Vitarque.coelho@integracao.gov.br

4.3. LISTA DE PRESENÇA DA PALESTRA OCDE

Apresentação do Estudo Preliminar da OCDE sobre Desenvolvimento Regional no Brasil

Data: 22 de novembro de 2011

Horário: 14h30 – 18h00

Lista adicional de representantes de outros ministérios

	NOME	CARGO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	EMAIL
1	Adalberto Eberhard	Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial	MMA	61 2028-1364, 1379	adalberto.eberhard@mma.gov.br
2	Adilson R. Kososli	Assessor	SDE/MARA	61 3218-3335	Adilson.kososli@agricultura.gov.br
3	Ana Lucia Epaminondas	Auditora de Controle Externo	TCU	61 3316-7379	luciae@tcu.gov.br
4	Ana Maria B. Cavalcante	Gestora	SAIM/MF	61 3412-4014	Ana-maria.cavalcanti@fazenda.gov.br
5	Antonio Luiz Machado de Moraes	Assessor Técnico	SPA/MAPA	61 3218-2177	Antonioluiz.moraes@agricultura.gov.br
6	Carlos Fortini	Técnico	MTUR	61 2023-8135	Carlos.fortini@turismo.gov.br
7	Cláudia Perotto Biagi	Oficial Chancelaria Divisão Europa III	MRE	61 3411-9717	claudia.biagi@itamaraty.gov.br
8	Daniel Alves Lima	Analista de Infraestrutura	MME	61 3319-5423	Daniel.lima@mme.gov.br
9	Duwal Luiz de Oliveira Bueno	Assessor Especial	Ministério dos Transportes	61 2029-7030	Duwal.bueno@transportes.gov.br
10	Eronдина Moura Sena	Assessora de Gabinete	Banco da Amazônia	61 4009-7449	erondina.sena@bancoamazonia.com.br
11	Eunice Lemos Rosal Daros	Auditora de Controle Externo	TCU	61 3316-5265	eunicelr@tcu.gov.br
12	Fabiano Chaves	AIE	MPOG	61 2020-4923	Fabiano.chaves-silva@planejamento.gov.br
13	Fabiany Vellasco	Assistente Técnico	SDP/MDIC	61 2027-8259	Fabiany.vellasco@mdic.gov.br
14	Geraldo Nunes Sobrinho	Chefe de Gabinete	CAPES	61 2022-6004	pr@capes.gov.br
15	Luana Cristina de Castro	Auxiliar Administrativo	MTUR	61 2023-8147	Luana.castro@turismo.gov.br
16	Luciano Rodrigues Maia Pinto	Assessor	SEGES/MPOG	61 2020-5355; 4905	Luciano.pinto@planejamento.gov.br
17	Luiz Cláudio de Freitas	Coordenador-Geral de Auditoria da Área de Integração Nacional	CGU	61 2020-7215	luiz-claudio.freitas@CGU.gov.br
18	Maria Abadia	APO	MPOG	61 2020-4901	Maria.s.alves@planejamento.gov.br
19	Maria Cristina Milani	Coordenação-Geral de Arranjos Produtivos Locais	SDP/MDIC	61 2027-7629	maria.milani@mdic.gov.br

	NOME	CARGO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	EMAIL
20	Maria Ines Oliveira Bodanese	Gerente Executiva	Unidade de Desenvolvimento Sustentavel do Banco do Brasil S.A.	061-3102-7902	bodanese@bb.com.br
21	Mauricio Carneiro de Albuquerque	Assessor do Programa Territórios da Cidadania	SDT/MDA	61 2020-0682; 0816	Mauricio.albuquerque@mda.gov.br
22	Nathan B. de Oliveira	Geógrafo	SNPU/Ministério das Cidades	61 2108-1630	Nathan.oliveira@cidades.gov.br
23	Paula Montagner	Secretária de Avaliação e Gestão da Informação Adjunta	MDS	61 3433-1501	Paula.montagner@mds.gov.br
24	Paulo Lacerda	Coordenador Renadi	ABDI	61 3962-8701	Paulo.lacerda@abdi.com.br
25	Pedro Elcio dos Santos	Assessor Técnico Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral	Ministério de Minas e Energia	61 3319-5653	PedroElcio@mme.gov.br
26	Pedro Luiz de Sousa Quintslr	Gerente da Coordenação de Serviços e Comércio	IBGE	(21) 2142-4511	pedro.quintslr@ibge.gov.br
27	Rafael Artur Figueiredo Galeazzi	Gerente Executivo da GEIPA	CAIXA	61 3206-6494	Rafael.galeazzi@caixa.gov.br
28	Ronaldo Vasconcelos	Técnico de planejamento e Pesquisa	IPEA	61 3315-5100	Ronaldo.vasconcelos@ipea.gov.br
29	Rubem O. de Paula		SPI/MPOG	61 2020-5046	Rubem.paula@planejamento.gov.br

4.4. Elementos Adicionais

Na ocasião foi distribuído o Relatório (bilingüe) sobre as atividades dos Diálogos Brasil - União Europeia.

O Sr Ronald Hall facilitou a consulta aos presentes aos seguintes documentos da DGRegio voltados para o mandato 2014-2020:

- *Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on Specific Provisions Concerning the European Regional Development Fund and the Investment for growth and jobs goal and repealing Regulation (EC) No 1080/2006 (Brussels, 6.10.2011 COM(2011) 614 final)*

- *Proposal for a Regulation of the European Parliament and the Council laying down common provisions on the European Regional Development Fund, the European Social Fund, the Cohesion Fund, the European Agricultural Fund for Rural Development and the European Maritime and Fisheries Fund covered by the Common Strategic Framework and laying down general provision on the European Regional Development Fund, the European Social Fund and the Cohesion Fund and repealing Regulation (EC) No 1083/2006 {SEC(2011)1141 final} and {SEC(2011) 1142 final}. Brussels, 6.10.2011 COM(2011) 615 final.*



União Europeia



DIÁLOGOS SETORIAIS UNIÃO EUROPEIA BRASIL

Ministério do Planejamento

